PEQUENO EXPEDIENTE

(ABERTURA DA SESSÃO)

A SR.ª PRESIDENTE (JANAINA RIVA) - Em nome de Deus e do povo do Estado de Mato Grosso, eu declaro aberta a presente sessão.

(PRIMEIRA PARTE – LEITURA DA ATA)

A SR.ª PRESIDENTE (JANAINA RIVA) - Cumprimento todos os presentes.

Convido o Deputado João Batista para ocupar a 2ª Secretaria e o Deputado Lúdio Cabral para ocupar a 1ª Secretaria.

(OS SRS. DEPUTADOS LÚDIO CABRAL E JOÃO BATISTA ASSUMEM A 1ª E 2ª SECRETARIAS, RESPECTIVAMENTE.)

A SR.ª PRESIDENTE (JANAINA RIVA) - Solicito ao Deputado João Batista que faça a leitura da Ata da última sessão.

(O SR. 2º SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 23 DE MARÇO DE 2022, ÀS 14H11MIN.)

O SR. 2º SECRETÁRIO (JOÃO BATISTA DO SINDSPEN) - Lida a Ata, senhora Presidente.

A SR.ª PRESIDENTE (JANAINA RIVA) - Lida a Ata, eu a coloco em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os contrários se manifestem, os favoráveis permaneçam como estão. (PAUSA) Está aprovada.

SSL ALMT Secretaria de Serviços Legislativos Assembleia Legislativa

(PRIMEIRA PARTE – EXPEDIENTE)

A SR.ª PRESIDENTE (JANAINA RIVA) - Eu convido o Deputado João Batista para fazer a leitura do expediente.

O SR. 2º SECRETÁRIO (JOÃO BATISTA DO SINDSPEN) - Novamente, bom dia a todos.

Senhora Presidente, aqui no expediente temos apenas o Memorando nº 36/2022, do gabinete do Deputado Lúdio Cabral.

É o que há, senhora Presidente.

(O SR. 2º SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA COMPLETA DO EXPEDIENTE NA REABERTURA DESTA SESSÃO.)

(SEGUNDA PARTE – APRESENTAÇÃO DE PROPOSIÇÕES)

A SR.ª PRESIDENTE (JANAINA RIVA) - Não havendo mais expediente a ser lido, vamos passar para o Pequeno Expediente.

Alguns dos colegas... (PAUSA) Não havendo ainda inscritos... Você quer fazer o uso da fala?

Agora, com a inscrição do Deputado João Batista... Nós vamos passar a palavra para o colega Deputado João Batista.

Eu solicito à nossa equipe que deixe o tempo aberto, porque nós não temos quórum necessário para dar continuidade. Então, nós vamos seguir até que haja quórum necessário para iniciarmos as votações.

Deputado João Batista.

O SR. 2º SECRETÁRIO (JOÃO BATISTA DO SINDSPEN) - Mais uma vez, Presidente Janaina Riva, senhores colegas parlamentares que estão vindo neste momento, senhores e senhoras da imprensa, aqueles que nos acompanham das galerias, que no finalzinho do dia de ontem já saíram daqui tensos e estressados na expectativa de que fossem votados todos os projetos.

Agora, imaginem nós que estamos desde o início da semana nesta tensão: vem mensagem; a mensagem não chega; vota; não vota; tem quórum; não tem quórum. A tensão é grande.

Mas, assim, a Assembleia Legislativa... É claro que já parece clichê essa fala, mas aqui é o palco das grandes discussões, é onde conseguimos regulamentar parte da vida em sociedade; são matérias importantíssimas, como é o caso do Projeto de Lei nº 11/2022 (LÊ-SE: PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2022), como é o caso das matérias que vêm, que tratam de ganho real para o funcionalismo público. E coisas que muitas vezes aprovamos aqui, que recebemos aplausos muitas vezes; e, lá fora, vaias, né?

E, muitas vezes, você tem que aprovar um projeto que nem sempre agrada a todos, uma hora um determinado segmento se sente satisfeito, outro não; mas esse aqui é o papel que nós fomos incumbidos de fazer, foi para isso que fomos eleitos, para fazer o debate, dialogar; dentre as principais funções do parlamentar, está exatamente esta: a de legislar. E aí precisamos legislar, ainda que, muitas vezes, o nosso voto não agrade um determinado segmento. Nós estamos aqui para representar cada um dos 3,5 milhões de mato-grossenses e, muitas vezes, quando representamos de determinada forma uns, deixamos insatisfeitos outros.

Mas é legislar, representar e fiscalizar. E, muitas vezes, no fiscalizar, alguns esperam que tomemos atitude de polícia, e essa não é a função da Assembleia Legislativa. Eu sou polícia, e lá na minha função eu tomo as minhas atitudes de polícia; aqui, não. Aqui, nós temos que legislar, representar e fiscalizar.

Mas, essa última semana foi bastante produtiva, e muitos projetos impactantes foram votados aqui na Casa, alguns agradaram, outros desagradaram, mas nós estamos tentando fazer o nosso papel, com reuniões nas comissões, comissões provisórias, comissões permanentes.

E faço esta fala, Presidenta, porque hoje aparentemente pode ser um dia... Não só por causa do friozinho aí fora, mas também porque boa parte das matérias mais impactantes já passaram, e a tendência é que seja um pouco mais tranquilo que ontem.

E quero justificar: muitas vezes, o parlamentar apresenta uma determinada propositura que desagrada o outro, e aí, nós que somos incumbidos aqui de defender o nosso pensamento, o pensamento de determinado grupo ou segmento da sociedade, nós temos que nos impor quando necessário; e, muitas vezes, nessa nossa atuação, acabam saindo algumas rusgas; mas, via de regra, são 24 parlamentares nesta Casa, e os 24 precisam conviver durante este período de quatro anos. E, muitas vezes, você precisa conquistar o voto de um colega que está sentado ao seu lado.

Logo no início da minha legislatura aqui, eu fiz uma fala que foi muito mal interpretada pela imprensa. Eu falei que aqui é um processo de negociação constante, e o pessoal disse: “Olha, vocês não estão aí para negociar...” Não... Estamos aqui para negociar, sim. Não estamos falando de negócio financeiro, ou fazer negociações escusas, estou falando de negociar o voto do colega. E, com isso, você tem que fazer um trabalho de convencimento, você tem que fazer a defesa do seu ponto de vista.

Houve projetos que votamos em primeira pela rejeição, e em segunda pela manutenção. Então, esse é um trabalho de convencimento, o parlatório é exatamente para parlar, é o lugar de dialogar, e esse diálogo não é só com a sociedade, mas entre nós, os 24 parlamentares.

Então, graças a Deus, temos aprendido bastante, crescido e desenvolvido muito essa habilidade gerencial, o que tem ajudado muito a melhorar o trabalho que estamos desenvolvendo aqui.

Então, senhora Presidente, é só mesmo para iniciar os trabalhos. Quero dizer que o dia de ontem foi bastante tenso, mas, se Deus quiser, será muito proveitoso ainda esse final de semana.

Obrigado, Presidente.

(O SR. JOÃO BATISTA DO SINDSPEN ASSUME A PRESIDÊNCIA.)

O SR. PRESIDENTE (JOÃO BATISTA DO SINDSPEN) - E agora, para fazer o uso da fala, a Deputada Janaina Riva, ainda no Pequeno Expediente.

A SR.ª JANAINA RIVA - Obrigada, Presidente.

Quero primeiro desejar um bom dia a todos e aproveitar a oportunidade de poder fazer o uso da tribuna neste momento de tranquilidade. Geralmente a gente acaba até desistindo de falar por conta da demora da sessão. Todos os Deputados querem registrar sua posição, então a gente acaba não discutindo tanto as propostas. E eu quero aproveitar este momento para poder registrar aqui algumas situações.

Primeiro, quero fazer uma análise das votações de ontem. A imprensa tem nos cobrado muito acerca de por que nós não aceitamos as emendas e por que ficaram os projetos tal qual foram enviados pelo Governo do Estado.

Desde o princípio discutimos dentro da Casa duas possibilidades: acatar as emendas para que os projetos ficassem ou perto do desejado ou conforme aquilo que era desejado; ou aprovaríamos do jeito que estava, assegurando o direito conquistado até o momento pelos sindicatos.

Quero parabenizar aqui os sindicatos, tanto do Socioeducativo quanto da Polícia Penal, Deputado João Batista - do qual você já foi inclusive presidente -, e também do Detran, pois tiveram paciência, cautela, aguardaram os projetos chegarem.

Nós sabíamos que eram as carreiras com maior defasagem salarial, ficaram algumas. Ontem mesmo, a Ager estava me questionando com relação a isso; mas nós inicialmente vamos começar com as carreiras que já tínhamos feito um compromisso na Assembleia e com o Governo do Estado também de fazermos as votações dos reajustes.

Pois bem, foi decidido pelos presidentes dos sindicatos que eles não correriam riscos, não aceitariam emendas. A Assembleia fez tal qual os presidentes dos sindicatos e servidores demandaram.

Tratando da pauta agora, do Projeto de Lei Complementar nº 11/2022, é diferente. Nós temos vários direitos adquiridos por meio de demandas judiciais, nas quais as mães servidoras, muitas, já possuem redução de 50% da sua carga horária.

Nesse sentido, não dá para votarmos o projeto como o governo enviou, não dá. Porque, hoje, se votarmos como o projeto está, nós não só vamos reduzir os direitos, como vamos tirar de várias mães e pais - que já possuem - o direito constituído por meio de decisão judicial.

Então, a nossa preocupação nessa votação era, somente, Deputado João Batista, não conseguir fazer um acordo com o Estado para que o Estado aceitasse as vinte horas semanais ou os 50% de redução de carga horária.

Aqui, está junto conosco... Ainda é a Olívia que está aí? O bebê? É, né? A Olívia está aqui desde o primeiro dia com a mãe dela. Eu sou mãe, e, dentro da minha casa, eu vejo, com os meus filhos, que é impossível conseguir trabalhar, cumprindo os horários conforme o edital de concurso público, com filhos portadores de necessidades especiais. Impossível.

E o sistema público é inclusivo; ele é para minorias, é por isso que no serviço público nós temos reservas de vagas para portadores de deficiências... de Down, temos também reservas de vagas para quem tem autismo, para quem tem necessidades especiais; nós temos as cotas, justamente pelo sistema público ser um sistema de inclusão.

E, hoje, se aprovarmos a legislação, o Projeto de Lei Complementar nº 11/2022, como ela chegou aqui, nós estamos excluindo a participação de pais e mães que possuem filhos com necessidades especiais. É uma exclusão! Por isso que nós temos que aprovar, hoje, a emenda de vinte horas semanais que foi proposta por Lideranças Partidárias, uma iniciativa e uma liderança muito forte do Deputado Lúdio Cabral. O Deputado Eduardo Botelho chegou a falar sobre apresentar essa emenda, o Deputado Avallone também; são os Deputados que hoje, junto com os Deputados que são servidores, mais respaldam essa discussão, Deputado João Batista.

Então, já quero registrar, aqui, a importância de hoje nós fazermos justiça e aprovarmos a emenda de Lideranças Partidárias, porque sem ela nós estamos retroagindo no direito que já é adquirido pelo servidor e respaldado pelo CNJ; já é o que o servidor do Poder Judiciário tem, já é o que os servidores de outras carreiras têm, inclusive, os servidores da Assembleia Legislativa que também são contra a proposta como ela chegou aqui, apresentada pelo Governo do Estado.

E, para finalizar, Presidente, quero falar também sobre o projeto de Decreto Legislativo nº 01/2022, que susta os efeitos da decisão do Tribunal de Contas, que erroneamente quis fazer um controle constitucional na lei que nós apresentamos na Assembleia, que hoje impede o governo de aplicar os 4,19% de RGA restantes, que foi comprometido pelo governador do Estado da época, o governador Pedro Taques, e também, por esta Casa.

É uma justiça que nós faremos hoje, se derrubarmos a decisão do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, permitindo aí que todas as categorias do Estado, não somente as que hoje têm a proposta aqui de reajuste, Detran, Socioeducativo e Polícia Penal, de terem esse reajuste inflacionário que foi aprovado em lei na Assembleia Legislativa.

E esse processo, que tem muito servidor perguntando nas redes sociais, porque não está entendendo do que se trata, Deputado Lúdio, é semelhante ao que nós fizemos aqui com relação à energia renovável. Nós também revogamos o entendimento do Tribunal de Contas, por meio de um projeto de decreto legislativo; suspendemos o efeito, e isso fez com que o próprio Tribunal de Justiça reconhecesse a constitucionalidade da lei aprovada na Assembleia. E é isso que nós queremos; nós queremos que o governo discuta com os servidores públicos a possibilidade de conceder, ainda este ano, esses 4,19%, porque isso não tem prazo eleitoral, porque a lei já foi aprovada; nós não estamos aprovando uma nova lei, porque não é mais, mas é o restante do que falta o governo pagar de RGA para os servidores públicos do Estado.

Eram essas as falas, Presidente, que eu tinha a fazer.

Obrigada pela oportunidade, e obrigada a todos os presentes.

Aproveito para convocar os Deputados que estão em plenário, porque o nosso horário de início de sessão é às 9 horas da manhã, já são 9 horas e 31 minutos, nós temos até as 10 horas da manhã para iniciarmos as votações.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (JOÃO BATISTA DO SINDSPEN) - Obrigado, Deputada Janaina, faço minhas as suas palavras.

E também cumprimento o Amauri, que é presidente do Sindicato dos Servidores do Sistema Penitenciário; o Paulo, que está em contato comigo, não pôde vir porque está de plantão; o pessoal do sindicato do Detran; da Defensoria; todo o pessoal que está acompanhando atentamente

a aprovação do Projeto de Lei nº 11/2022 (LÊ-SE: PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2022); e o pessoal do Tribunal de Justiça que está acompanhando também.

Antes de passar a Mesa para a Deputada Janaina, eu quero fazer um registro, aqui, com relação a vocês que vêm acompanhar, principalmente, a questão de leis de carreira. Como disse a Deputada Janaina, até vir aqui para a Assembleia Legislativa, eu era presidente do Sindicato dos Servidores Penitenciários do Estado de Mato Grosso, e nunca existiu qualquer direito concedido ao trabalhador senão em função de luta da categoria com sua representação classista.

Então, no que pese - já há alguns anos - ter aí um trabalho de desqualificação do movimento sindical, e sabemos que o movimento sindical também tem muita gente desqualificada mesmo, tem muita gente bandida que se apropria de sindicatos para poder enriquecer, mas nós temos muitos sindicalistas sérios. E as categorias, não só do funcionalismo mas também da iniciativa privada, só conquistaram alguns direitos depois de se mobilizarem, de se organizarem e negociarem com o patrão.

Então, quem está se mobilizando, parabéns! O nosso respeito e admiração a vocês. (APLAUSOS)

O SR. JOÃO BATISTA DO SINDSPEN - Passo... O Deputado Lúdio vai fazer o uso da fala? Não?

Então, passo a Presidência à nossa Deputada Janaina Riva.

(A SR.ª JANAINA RIVA ASSUME A PRESIDÊNCIA.)

A SR.ª PRESIDENTE (JANAINA RIVA) - Eu acabei me esquecendo de falar da Defensoria Pública também, que está aqui, da importância da Defensoria Pública para a população do Estado de Mato Grosso. Parabéns pelo trabalho de vocês, ficamos muito felizes pelo reconhecimento aos servidores.

Eu tenho certeza de que a Defensoria está virando a página agora; antes brigávamos por orçamento, e agora nós vamos brigar para ter a Defensoria em todos os 141 municípios do Estado, garantindo o direito do cidadão de ter uma defesa pública, uma defesa isenta, e com a seriedade que a Defensoria possui.

Parabéns a vocês, em nome da Ercília, que é uma amiga; do Clodoaldo, que é o presidente hoje, aliás, é o diretor-geral... Como vocês chamam? É o defensor-geral, pelo trabalho que vocês vêm fazendo.

E o nosso empenho também ao Tribunal de Justiça... Oi, Paulo, tudo bem? Aí, o Paulo chegou. Hoje, sairemos daqui, nem que for à noite, mas vamos votar o reajuste de vocês também.

Vamos suspender então a sessão. Não temos mais inscritos?

(O SR. JOÃO BATISTA DO SINDSPEN FALA COM A PRESIDENTE.)

A SR.ª PRESIDENTE (JANAINA RIVA) - Tá, então, vamos suspender até a chegada de mais Deputados para que possamos iniciar as votações, tá? Eu vou colocar um prazo de vinte minutos, mas podemos voltar antes disso.

(SUSPENDE-SE A SESSÃO)

REABERTURA DA SESSÃO

A SR.ª PRESIDENTE (JANAINA RIVA) - Declaro reaberta a presente sessão.

Solicito ao 1º Secretário em exercício, Deputado João Batista, que faça a leitura das mensagens do governo que acabaram de chegar a esta Casa.

(O SR. 1º SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO PROCEDE À LEITURA DO EXPEDIENTE - OFÍCIOS NºS 75, 80 E 81/2022, DA CASA CIVIL; OFÍCIOS NºS 3.987, 4.105, 4.156, 4.191,

4.128, 4.133, 4.165, 4.181, 4.211, 4.212, 4.242 E 4.319/2022, DA SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA; OFÍCIO Nº 400/2022, DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA; OFÍCIOS NºS 1.251, 1.257, 1.258 E 1.260/2022, DA SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA; MEMORANDO Nº 92/2022, DO GABINETE DO DEPUTADO THIAGO SILVA; OFÍCIO Nº 72/2022, DO GOVERNO DO ESTADO, ENCAMINHANDO A MENSAGEM Nº 70/2022; OFÍCIO Nº 73/2022, DO GOVERNO DO ESTADO, ENCAMINHANDO A MENSAGEM Nº 71/2022; OFÍCIO Nº 74/2022, DO GOVERNO DO ESTADO, ENCAMINHANDO A MENSAGEM Nº 72/2022; OFÍCIO Nº 75/2022, DO GOVERNO DO ESTADO, ENCAMINHANDO A MENSAGEM Nº 73/2022.)

O SR. 1º SECRETÁRIO (JOÃO BATISTA DO SINDSPEN) - Lidas as mensagens, Presidente.

Quero aproveitar que Vossa Excelência fará isso logo em seguida, mas quero convidar todos os colegas que estão nos gabinetes ou que ainda não entraram no aplicativo; porque, além dessas mensagens, nós ainda temos projetos que restaram da pauta de ontem. Então, solicito que todos os colegas parlamentares possam adentrar o plenário ou então por meio do aplicativo.

Obrigado, Presidente.

A SRª PRESIDENTE (JANAINA RIVA) - Muito bem, colega Deputado João Batista.

Quero pedir novamente à nossa assessoria que chame os Deputados pelo *Zoom.*

Continuamos então o nosso Pequeno Expediente. O próximo inscrito é o Deputado... É. Pequeno Expediente. O Deputado Xuxu está remotamente... Está vindo para a Assembleia, Xuxu?

Então, vamos colocar o Xuxu que está remotamente, antes que o sinal dele caia; e, em seguida, o Deputado Wilson Santos.

Deputado Xuxu Dal Molin.

O SR. XUXU DAL MOLIN - Muito bom dia, Deputada Janaina, demais colegas, todos os cidadãos de Mato Grosso que estão nos ouvindo pela TV e rádio Assembleia.

Deputada, eu estava representando a Assembleia no Ministério da Infraestrutura, acabamos de assinar o contrato de concessão do trecho norte da BR-163, que vai ligar Mato Grosso ao Pará, ao Arco Norte.

Eu fico feliz que o novo ministro Marcelo Sampaio aceitou o convite. Nós estaremos *in loco* na BR-163, daqui a uns dias, com a ANTT, discutindo soluções para a BR-163, no trecho que corresponde Cuiabá a Sinop também.

Então, eu peço desculpas para os Deputados, é uma agenda, para nós que moramos ali na região de Mutum, Lucas, Sorriso, Sinop... Já morreram mais de 816 pessoas; ontem teve um acidente grave com um ônibus, em Lucas. Então, eu tinha que participar dessa agenda, mostrar para eles o que está acontecendo nessa concessão, nós somos vítimas da corrupção que teve na Odebrecht.

Então, eu quero aqui me solidarizar com todos os projetos. Eu apoio os servidores públicos, já tinha manifestado que ia votar a favor, estou remotamente, e daqui a pouco eu retorno a Cuiabá. Nossos votos são favoráveis, Deputada.

Obrigado pela oportunidade.

E, se Deus quiser, uma nova BR-163 para os nossos irmãos caminhoneiros, e toda a população que vive nessa região que é a principal via de escoamento da produção brasileira. É a garantia da segurança alimentar do Brasil e do mundo.

Obrigado a todos e uma ótima sessão.

A SR.ª PRESIDENTE (JANAINA RIVA) - Muito bem, Deputado Xuxu.

SSL ALMT Secretaria de Serviços Legislativos Assembleia Legislativa

O próximo inscrito é o Deputado Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS - Senhora Presidente, bom dia; bom dia aos colegas Deputados.

O jornal *A Gazeta* traz hoje como manchete principal: "Presos 64 policiais militares acusados de forjar confrontos para matar bandidos." Está aqui! (MOSTRA O JORNAL) Pode dar um *close* na manchete principal. Dá para ver bem, né? Essa aqui é a notícia de ontem... hoje só se fala nisso aqui, em nível estadual e daqui a pouquinho em nível nacional.

Não quero só fazer diagnóstico e apresentar o problema, não.

Eu e o Deputado João Batista temos feito aqui debates sobre esse tema. Cada um em uma posição, e eu respeito a posição do Deputado João Batista, porque ele é um indivíduo oriundo da Polícia Penal. Nós, inclusive, somos parentes, somos primos, temos a mesma origem lá em Pernambuco e no Ceará. E eu disse ao João, e ele vai falar daqui a pouquinho, e quero que ele fale, faço questão, porque a fala dele é uma fala que eu respeito muito.

Como é que nós vamos resolver isso aqui? Oitenta e um policiais militares com ordem de prisão, 81. Ontem foram presos 64, a pedido do Ministério Público Estadual. Depois de anos e anos de farta documentação, de um volume considerável de provas, indícios, foi solicitado ao Poder Judiciário, e a Justiça determinou a prisão de 81 policiais militares; foram presos 64. Como é que resolve?

Eu, na minha modéstia, e pouco conhecedor dessa temática, sugiro o uso das câmeras. O uso das câmeras no fardamento, no capacete, nas viaturas utilizadas pelos policiais, nas aeronaves, nas embarcações; porque se tiver a câmera, esse policial que recebeu ordem de prisão vai ter a imagem e o áudio para provar que ele agiu conforme o procedimento militar.

Agora, não tem nada. E agora? Como é que faz, doutor José Domingos? Ele não tem absolutamente nada para se defender a não ser palavras, palavras e palavras.

E o Ministério Público não fez esse pedido ao Judiciário sem documentação, Deputado Lúdio Cabral, com certeza, aqui, há uma farta documentação, provas...

Então, eu quero ouvir o meu primo, Deputado João Batista. Esse assunto é um assunto gravíssimo, muito sério. São 64 policiais já presos e tem mais 17 que estão sendo procurados para se dirigirem diretamente à prisão nesta cidade, neste estado.

Como é que resolve isso daqui? É uma acusação gravíssima que o Ministério Púbico faz e que o Judiciário já acata. Qual é a solução, em minha opinião? Para esses aqui eu não sei qual é a solução, mas para o futuro, na minha modéstia, é a utilização das câmeras. Se tiver câmera, pode ter certeza de que as imagens e os áudios servirão como provas para a defesa desses policiais.

Muito obrigado, Presidente, basicamente é isso.

Servidores, sejam bem-vindos à Casa. Aqui não há divergência em relação a essa matéria. Todas as categorias vão receber o nosso apoio, o nosso voto, tudo tranquilo, o pessoal da Defensoria, o pessoal da Polícia Penal... Familiares também, no Projeto de Lei Complementar nº 11/2022, com 50%, nós vamos votar a favor... (TEMPO ESGOTADO)

A SR.ª PRESIDENTE (JANAINA RIVA) - O próximo inscrito é o Deputado João Batista; em seguida, nós temos o Deputado Thiago Silva e o Deputado Valdir Barranco.

O SR. JOÃO BATISTA DO SINDSPEN - Para discutir, Presidente.

Primeiro quero dizer que as acusações feitas a esses policiais podem, muito bem, lá na frente, serem desmentidas.

Não é de hoje que vemos operações acontecer, e vai um monte de gente lá para o Centro de Custódia, vai lá para a Penitenciária Central, para o CRC; e quando é daqui a seis meses

ou um ano, essas pessoas vêm aqui pedindo justiça, que o Ministério Público se retrate, que a própria Polícia... E isso nunca acontece. A gente tem visto isso acontecer.

Com relação à questão da polícia, eu vou continuar fazendo a minha defesa. Quem aqui... Aliás, o pessoal mais antigo, o pessoal mais tradicional, vamos dizer assim, quem não se lembra da época em que Brizola proibiu a polícia de subir os morros do Rio de Janeiro? Qual foi o resultado disso? O resultado é que hoje, no Estado do Rio de Janeiro, na sua grande maioria, os morros são dominados pelo tráfico. E apesar de a polícia ter criado os batalhões especializados, toda vez que adentra, sempre sai morto algum cidadão de bem. Por quê? Porque tem confronto entre grupo de traficantes e a polícia.

A quem interessa o cabresto na polícia? Aos criminosos. Dessa relação dos que estão como vítimas lá, eu vou citar aqui que... Aliás, eu quero fazer um pedido aos colegas da imprensa: evitem divulgar os nomes desses policiais, até porque a legislação proíbe, porque está expondo de forma antecipada; e são cidadãos de bem, pais e mães de família, a grande maioria deles eu conheço, prestaram anos de serviço à sociedade e ainda não foram julgados; e vamos esperar, porque já foi exposto aqui o nome desses policiais.

E eu vou citar aqui, Presidente, um indivíduo dos que dizem que foram vítimas. Segundo o que nós levantamos, até agora são casos isolados, uma ação não tem nada a ver com a outra, mas eu já tenho informações que um desses indivíduos com a alcunha de Deco, eu o conheço há 18 anos, conhecia, porque graças a Deus, Deus levou embora, não pela mão da Polícia Militar, porque quando o indivíduo vai para cima da polícia, ele comete suicídio.

Eu contei a minha história. Lá no sertão do Pernambuco, naquela época, eu tinha pavor da polícia, mas por quê? Porque eu era criança e vinham com um monte de caraminholas na nossa cabeça, mas, hoje, nós vivemos novos momentos. O momento da polícia é de aproximação, da polícia pacificadora, da polícia que vai para as comunidades e interage principalmente com a população mais carente.

Então, esse Deco, Presidente, desde a infância, cometia ato infracional; depois, crime, matou um advogado no bairro Santa Izabel; matou vários adolescentes dentro do Centro Socioeducativo e outros dentro da Penitenciária Central; e foi dar de testa com a polícia, e morreu em confronto.

Outros aqui na estrada de Chapada, que eram faccionados, faziam parte do Novo Cangaço.

Agora, como já falei várias vezes aqui, eu sou pai de um militar, e eu não dei o meu filho para o estado, para defender a sociedade, para amanhã ele ter que hesitar na hora de defender o amigo que está do lado dele ou defender a sociedade.

Eu, quando fiz concurso para o sistema penitenciário, hoje, policial penal, eu fiz concurso para arriscar a minha vida pelo cidadão; mas não fiz concurso para poder vir dar moleza para vagabundo, para bandido que quer assustar, matar cidadão e depois eu ter que chegar lá de peito aberto, porque eu tenho receio que posso acertá-lo e alguém vai defender na imprensa.

Nós vamos travar, aqui, Deputado Wilson, esse debate, porque eu sou contra essas câmeras. A Secretaria de Segurança já está regulamentando, vamos deixar que ela faça de forma responsável, orientada pelos especialistas da área, que são lá da Secretaria de Segurança Pública.

Obrigado, Presidente.

A SR.ª PRESIDENTE (JANAINA RIVA) - Próximo inscrito, Deputado Thiago Silva.

O SR. THIAGO SILVA - Senhora Presidente, colegas Deputados, nós apresentamos algumas indicações ontem, principalmente sobre o fortalecimento da cadeia leiteira; nós estivemos reunidos com o prefeito, com o pessoal do Sindicato Rural do Município, nesse

SSL ALMT Secretaria de Serviços Legislativos Assembleia Legislativa

último final de semana na região de Vila Bela, e nós detectamos que o Governo do Estado precisa estar mais presente para fortalecer e diversificar a nossa economia do Estado de Mato Grosso. Por isso, precisamos de uma atenção especial com a cadeia leiteira no nosso estado, vários colegas Deputados sempre estão enfocando esse tema, Deputado Moretto, outros colegas Deputados, mas nós precisamos de uma atenção maior por parte do Governo do Estado. Estivemos lá reunidos com a comissão da cooperativa, na qual foram passadas várias demandas, o Deputado Carlos Bezerra já está trabalhando em algumas delas, perfeitamente, já apresentou... E queremos fazer uma cobrança para que a Secretaria de Agricultura possa dar uma atenção maior, o Governo do Estado possa dar uma atenção maior a esse importante segmento da nossa economia.

Eu quero também fazer um registro, Presidenta, reconhecer e cumprimentar o Sinjusmat - Sindicato dos Servidores do Tribunal de Justiça, em nome do presidente Rosenwal e da vice Geane, pelo trabalho e empenho em busca da conquista dos 16% para os servidores do Tribunal de Justiça. O Sinjusmat tem feito um bom trabalho, são duas grandes lideranças do movimento sindical, o Rosenwal e a Geane, que tem trabalhado, tem buscado que realmente o governo possa reconhecer o trabalho, possa reconhecer todo o esforço do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.

Então, quero deixar o nosso reconhecimento, da Assembleia Legislativa, pelo trabalho que o Sinjusmat vem fazendo e vários... a todos os sindicatos que estão trabalhando nessa luta pela valorização dos servidores públicos do Estado de Mato Grosso.

Eu acredito que o esforço e o trabalho da Assembleia Legislativa e o trabalho de cada sindicato, que sempre tem nos buscado, do Socioeducativo, da Polícia Penal, da Defensoria, da Polícia Militar, todo esse esforço está garantindo esses benefícios, essa equiparação da tabela salarial. Eu não poderia deixar de reconhecer também o trabalho do sindicato do Detran.

Muito obrigado.

A SR.ª PRESIDENTE (JANAINA RIVA) - Muito bem, Deputado Thiago Silva. É realmente importante valorizar o Sindicato do Poder Judiciário, que tem feito um excelente trabalho, o Rosenwal, a Maíra, filha do ex-prefeito João Braga, a própria Geane, que também é mãe de criança autista e está na luta pelo Projeto de Lei Complementar nº 11/2022.

Agora, vamos passar a palavra para o próximo inscrito, Deputado Valdir Barranco.

O SR. VALDIR BARRANCO - Senhora Presidenta Janaina, está muito elegante, como sempre, presidindo esta sessão.

Quero saudar todos os nossos colegas, todos que nos acompanham pela TV e rádio Assembleia; quero saudar o público que está nas galerias, grandes vitórias conquistadas neste dia, também pela mobilização de vocês e pelo trabalho desta Casa.

Estou aqui na BR-163, parei aqui no município de Peixoto de Azevedo, porque estou indo a Guarantã do Norte para uma audiência. Ontem tivemos uma audiência pública em Alta Floresta, hoje tem uma em Guarantã, parei aqui para participar da sessão. E a BR-163, realmente, está cada dia pior, o Deputado Xuxu tem falado. Mas é impressionante como o Governo Federal, em seu mandato inteiro, está terminando já o mandato do Governo Federal, não colocou um meio-fio na BR-163. Para onde estão indo os impostos arrecadados por Mato Grosso, que nós não vemos transformados em obras para a população?

Com relação à questão das prisões que ocorreram, eu quero primeiro dizer que o Gaeco sempre tem feito esse trabalho, o Ministério Público tem esse trabalho, e temos que ter o cuidado mesmo para não colocarmos em risco a reputação das pessoas. Temos que garantir o direito à ampla defesa e ao contraditório; e defendo, juntamente com o Deputado Wilson Santos, as câmeras. As câmeras devem ser, sim, utilizadas.

Lá na Europa, nos Estados Unidos, já são utilizadas há muito tempo. No Brasil, já há alguns estados como São Paulo, que com toda a sua complexidade, está utilizando. E se tivéssemos as câmeras, seria a prova que os policiais precisavam neste momento para provar a sua inocência. Então, vai ser algo muito importante.

Quero, também, apresentar alguns requerimentos. Um requerimento ao secretário de Segurança Pública, Alexandre Bustamante, e à Casa Civil, a fim de solicitar informações sobre o funcionamento dos Case - Centros de Atendimento Socioeducativo; requerimento ao senhor governador a fim de solicitar informações sobre a reforma da sede da pasta, da Seaf, da Agricultura Familiar, porque parece que há um escândalo sobre o que foi gasto na reforma da Seaf, nós precisamos investigar isso.

Vou pedir mais um minuto, só para concluir.

Um projeto de lei que dispõe sobre as penalidades administrativas às pessoas físicas ou jurídicas e agentes públicos que discriminem pessoas com transtorno de espectro autista (TEA), no âmbito do Estado de Mato Grosso.

Um projeto de lei que dispõe sobre o acesso prioritário a vagas na rede pública estadual de educação para filhos de mãe solo no âmbito do Estado de Mato Grosso.

Projeto de lei que dispõe sobre a sinalização para estrangeiros e portadores de necessidades especiais no Estado de Mato Grosso.

Um projeto de lei que dispõe sobre a realização do teste cariótipo em hospitais, maternidades e instituições similares no Estado de Mato Grosso.

Uma indicação ao senhor governador do Estado de Mato Grosso sobre a necessidade do Poder Executivo encaminhar a esta Casa de Leis um projeto para garantirmos o futuro dos órfãos da covid, o que já acontece em muitos estados, Mato Grosso não tem essa iniciativa e tem dinheiro para isso; são 1.500 órfãos da covid, Presidenta Janaina, 1500, só em Mato Grosso.

Uma indicação ao governador do Estado de Mato Grosso e ao secretário de Estado de Saúde sobre a necessidade de implantar a coleta de exames laboratoriais nos postos de saúde comunitários das zonas rurais de Mato Grosso.

E, por último, uma indicação ao senhor secretário de Estado de Educação, Alan Porto, sobre a necessidade de reforma na Escola Estadual Benicio Trettel da Silva, em Cotriguaçu-MT.

Muito obrigado, Presidenta Janaina, e uma boa sessão a todos nós.

Quero lembrar a população daqui da região que, às 14 horas, iniciaremos a nossa audiência pública na Câmara Municipal de Guarantã, em parceria com o vereador Valter do Sindicato, Valter Neves.

O Sr. João Batista do Sindspen - Questão de ordem, Presidente.

A SR.ª PRESIDENTE (JANAINA RIVA) - Questão de ordem, Deputado João Batista.

O SR. JOÃO BATISTA DO SINDSPEN - Presidente, só para informar ao Deputado Wilson Santos que ontem, coincidentemente, todos os 24 gabinetes receberam o anuário da Secretaria de Segurança Pública de Mato Grosso, e aqui constam os dados da violência e também das ações policiais em todos os estados da Federação.

Então, aqui eu consigo comprovar que em todos os estados caíram a chamada letalidade policial e que isso não pode ser aferido, não pode dizer que foram as câmeras. É só para o Deputado ter conhecimento e depois voltamos a debater esse assunto.

SSL ALMT Secretaria de Serviços Legislativos Assembleia Legislativa

A SR.ª PRESIDENTE (JANAINA RIVA) - Não é objeto de questão de ordem. Eu vou pedir aos Deputados que esperem concluirmos o Pequeno Expediente para fazerem essa discussão.

O Sr. Wilson Santos - Presidente, eu gostaria de me inscrever no Grande Expediente, por gentileza.

A SR.ª PRESIDENTE (JANAINA RIVA) - Se o Presidente Botelho conceder Grande Expediente, o que eu duvido muito, estão inscritos.

Próximo inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Alan Kardec; em seguida, Deputado Delegado Claudinei.

O SR. PROFESSOR ALLAN KARDEC - Presidente Janaina, eu não ia entrar nesse debate, mas achei interessante eu fazer o debate junto com os primos pernambucanos, até porque agora, no PSB, de Miguel Arraes e Ariano Suassuna, eu tenho a obrigação com a história dos povos menos favorecidos.

Primeiro, quero dizer que acho que é um tema bastante complicado, essa situação... A Assoade, pela qual tenho o maior respeito a todos os subtenentes e sargentos inscritos na Assoade, e todos os militares, até porque meu pai, que já foi embora, foi militar por onze anos, infelizmente, faleceu em 2019 com covid. Os meus dois tios, sargento Nicanor e o tenente Ribeiro, sempre me ensinaram que precisamos respeitar a polícia, porque são eles que estão nas ruas nos protegendo. E é óbvio que temos dentro de casa essa disciplina.

E, todo policial, como nós, servidores públicos, temos o código de ética e temos também a responsabilidade de agir de acordo com as condutas. Então, eu acho que é premeditado a Assembleia Legislativa evocar qualquer tipo de situação de culpa antes dos finais de toda a questão de investigação.

Então, eu quero ficar solidário com toda a situação, tanto àqueles que morreram assassinados por conta da violência, mas especialmente àquele profissional que todo dia vai para a rua defender a sociedade e não sabe o que encontra ali na frente.

Eu que moro em um bairro periférico, há 36 anos, sei o quanto é importante estarmos alinhados com as forças da segurança.

E, por fim, Deputada Janaina Riva, eu gostaria que não houvesse Grande Expediente, que pudéssemos entrar na Ordem do Dia e votarmos todos os projetos (APLAUSOS), porque nós estamos há uma semana aqui já nessa expectativa. Vamos embora para o voto!

A SR.ª PRESIDENTE (JANAINA RIVA) - Deputado Delegado Claudinei, último inscrito.

O SR. DELEGADO CLAUDINEI - Bom dia, senhora Presidente, Deputados, pessoal que nos acompanha nas votações hoje, novamente sejam bem-vindos.

(O SR. DEPUTADO EDUARDO BOTELHO ASSUME A PRESIDÊNCIA.)

O SR. DELEGADO CLAUDINEI - Presidente, quando aprovamos, acho que semana passada ou há duas semanas, a questão do trabalho, aquele projeto de trabalho voluntário da Polícia Militar, aquela regulamentação, expandindo as instituições, os setores que os policiais militares, bombeiros militares aposentados podem então retornar e ter uma renda extra, além da sua aposentadoria, voltando a exercer trabalhos administrativos e de segurança, guarda patrimonial...

Após isso, fomos muito cobrados pelos aposentados da Polícia Civil, porque, em 2019, apresentamos esse Projeto de Lei Complementar nº 35/2019 para regulamentar também esse possível retorno de aposentados da Polícia Civil; no caso, o Programa Voluntário de Interesse da Polícia Judiciária Civil - PVIPJC/MT, para os policiais aposentados empenharem as suas atribuições.

O que acontece, senhora Presidente? São dois motivos: o primeiro é pela falta de efetivo da Polícia Civil no Estado todo; tem um concurso em andamento, mas, se for nomear de duzentos a trezentos policiais civis este ano, não vai resolver o problema; outro motivo é que nós temos investigadores bons que ficam nos plantões das delegacias, já na classe especial, e ficam lá só para cuidar de prédio à noite, para fazer essa vigilância de prédios à noite aqui no Estado de Mato Grosso, sendo que esses policiais civis poderiam ser aproveitados na sua função-fim, que é investigar, participar das ações, das operações policiais... E nós sofremos com essa falta de efetivo.

Então, o pessoal aposentado procurou o sindicato dos escrivães, investigadores, delegados. Os sindicatos trabalharam muito nisso, até ontem estavam aqui na Assembleia, apresentaram essa minuta também, ajudaram nesse projeto apresentando ao Governo do Estado.

E eu tive a boa informação, aqui do Presidente Botelho, de que está sendo finalizado com o secretário de Gestão, Basílio, e pode chegar ainda hoje para votarmos esse projeto, essa mensagem do governo, mas que tem por base também esse projeto de lei nosso que não conseguimos aprovar já em 2020. No dia 17/06/2020, nós solicitamos à Mesa Diretora, atendendo ao artigo 192 e 442 do nosso Regimento Interno, que fosse remetido ao Governo do Estado como anteprojeto de lei para que o governador então encaminhasse e desse a oportunidade aos aposentados da Polícia Civil de voltarem a efetuar e a ajudar nos trabalhos do pessoal que está na ativa.

Então, demorou quase dois anos, mas felizmente já temos a notícia de que pode chegar essa mensagem. Espero contar com o apoio de todos os Deputados para aprovarmos isso urgente, ainda hoje.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Dilmar Dal Bosco.

O SR. DILMAR DAL BOSCO - Ouvindo o Delegado Claudinei, que sempre tem batido no governo em todas as suas falas, falar que esse projeto da Polícia Civil... A Maria Alice, o Bustamante, o Dr. Mário, o Dr. Marçal, esses, sim, foram importantes junto com a base do governo, junto com o Deputado Botelho.

Eu participei de várias reuniões e estamos construindo, há um mês construindo, para que venha para a Assembleia Legislativa. Hoje, o Presidente da Assembleia também, nós pedimos ao governador Mauro Mendes; fomos lá, discutimos, conversamos por vídeo com o Bustamante, que é o nosso secretário de Segurança Pública, ao qual agradeço muito o entendimento, o entendimento do governador Mauro Mendes, e vem porque a base é fiel, nós somos companheiros.

Então, está vindo, sim, um projeto de lei para a Polícia Civil, graças ao empenho de quem acredita no governo, como eu acredito, como o Botelho acredita, a Janaina, o Deputado Max e vários colegas Deputados aqui que estiveram juntos nesse debate.

Então, parabéns à base do governo que conquista mais um projeto, uma mensagem para ajudar todos da segurança pública e agora também em especial a Polícia Civil. Logo, logo deve estar... O governador acabou de assinar - tem dez minutos que saímos do Palácio - para que essa mensagem venha aqui para nós aprovarmos.

Obrigado, Presidente.

(AS PROPOSIÇÕES APRESENTADAS NESTA SESSÃO ESTÃO DISPONÍVEIS EM: https://www.al.mt.gov.br/parlamento/documentos/parlamentares?tipo=10&sslSessaoPlenaria=&sessaoPlenaria=7985&palavraChave=&dataIni=&numDocumento=&anoDocumento=&dataInicio=&dataFinal=&search=)

GRANDE EXPEDIENTE

(SUPRIMIDO)

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Bom, vamos então começar a Ordem do Dia, ninguém quer o Grande Expediente... (RISOS) Vamos começar a Ordem do Dia, todos liberaram aqui.

Indicações apresentadas pelo Deputado Delegado Claudinei - tem bastante indicação, hein, Claudinei?

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam permaneçam como estão. (PAUSA) Aprovadas. Vão ao expediente.

Requerimento de dispensa de pauta que dispõe sobre os efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.199, no que tange aos servidores aposentados ou pensionistas que já preenchiam os requisitos para aposentadoria no dia 13 de maio de 2020.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam permaneçam como estão. (PAUSA) Aprovado. Vai ao expediente.

Dispensa de pauta à Mensagem nº 70/2020, do Poder Executivo, que acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 389, de 31 de março de 2010.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam permaneçam como estão. (PAUSA) Aprovada. Vai ao expediente.

O assessor técnico da Mesa, o Lúdio, está organizando os projetos aqui, né, de acordo com o seu interesse. (RISOS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Projeto de Lei nº 1.082/2021 (EM 2ª DISCUSSÃO), que autoriza a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso a permutar imóvel. O parecer é favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam permaneçam como estão. (PAUSA) Aprovado. Vai ao expediente.

Projeto de Lei nº 375/2022 (EM 2ª DISCUSSÃO), do Tribunal de Justiça, que altera a Lei nº 8.814, de 15 de janeiro de 2008, que institui o Sistema de Desenvolvimento de Carreiras e Remuneração - SDCR dos Servidores do Poder Judiciário. (EMENTA COMPLETA: ALTERA A LEI Nº 8.814, DE 15 DE JANEIRO DE 2008, QUE INSTITUI O SISTEMA DE DESENVOLVIMENTO DE CARREIRAS E REMUNERAÇÃO - SDCR DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO, PARA DISPOR SOBRE A NOVA ESTRUTURA.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam permaneçam como estão. (PAUSA) Aprovado. Vai ao expediente.

O Sr. Dilmar Dal Bosco - Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Dilmar Dal Bosco, pela ordem.

O SR. DILMAR DAL BOSCO - É só para fazer a leitura para Vossa Excelência das mensagens que acabaram de chegar aqui, até para protocolar.

Ofício nº 75/2022, ao Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Eduardo Botelho, “submeto à qualificada apreciação dessa Assembleia Legislativa a Mensagem nº 73/2022, que cria o programa de policiais civis aposentados para a prestação e tarefas por tempo determinado; e ofício nº 74, também ao Presidente da Assembleia, Deputado Eduardo Botelho, Mensagem nº 72,

que altera a Lei Complementar nº 407, de 30 de junho de 2010, que dispõe sobre a organização e Estatuto da Polícia Civil no Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

Então, só para registrar a leitura dessas duas mensagens, Presidente, para a apreciação desta Assembleia.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Projeto de Lei nº 368/2022, do Tribunal de Justiça, que realinha o valor das tabelas de subsídios constantes da Lei nº 8.814. O parecer é favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação. (EMENTA COMPLETA: REALINHA O VALOR DAS TABELAS DE SUBSÍDIOS CONSTANTES DA LEI Nº 8.814, DE 15 DE JANEIRO DE 2008, QUE INSTITUI O SISTEMA DE DESENVOLVIMENTO DE CARREIRAS E REMUNERAÇÃO (SDCR) DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam permaneçam como estão. (PAUSA) Aprovado. Vai ao expediente.

Projeto de Lei nº 369/2022 (EM 2ª DISCUSSÃO), do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre acréscimo e alteração de dispositivos na Lei nº 8.814, no que diz respeito à carreira e remuneração dos servidores do Judiciário. O parecer é favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação. (EMENTA COMPLETA: DISPÕE SOBRE ACRÉSCIMO E ALTERAÇÃO DE DISPOSITIVOS NA LEI Nº 8.814, DE 15 DE JANEIRO DE 2008, QUE INSTITUI O SISTEMA DE DESENVOLVIMENTO DE CARREIRAS E REMUNERAÇÃO (SDCR) DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Em discussão. Para discutir, Deputado Lúdio Cabral.

O SR. LÚDIO CABRAL - Bom! Senhor Presidente, na verdade nós temos uma série de projetos encaminhados pelo Tribunal de Justiça para a Assembleia, que votamos em primeira votação hoje e estamos concluindo em segunda, mas há algumas questões que eu gostaria de destacar aqui.

Primeiro, reconhecer o direito dos servidores de carreira, especialmente aqueles que têm a formação mais básica nos cargos de nível auxiliar, de nível médio, que têm uma remuneração baixíssima. Baixíssima. Há uma impressão, uma espécie de senso comum, de que servidor do Judiciário é bem remunerado. É falacioso, é falso esse argumento, porque se nós olharmos as tabelas salariais remuneratórias dos servidores do Judiciário, nós perceberemos que os cargos importantíssimos para fazer o Judiciário funcionar são mal remunerados.

Portanto, o projeto que chega aqui, que é resultado do esforço, da mobilização, da luta de todos os servidores, que é esforço da mobilização do Sinjusmat, do Sindicato dos Servidores do Judiciário, e aqui quero cumprimentá-los pelo esforço de diálogo e de mobilização que resultou nessa proposta de 16%.

Agora, é importante destacar que ela está aquém, está bem aquém das necessidades dos servidores de carreira do Judiciário.

Então, eu queria destacar isso aqui, Botelho, porque essa reivindicação, esse processo de mobilização e luta deve prosseguir, necessariamente, para que o servidor de carreira seja reconhecido e respeitado de verdade pelo Poder Judiciário.

Bom! Agora, quero tocar em outra questão, que nós também estamos aprovando a criação de cargos de DGA, de assessorias no âmbito do Tribunal de Justiça. E embora nós não tenhamos mais como fazer mudanças no texto desses projetos de lei, eu quero destacar aqui uma

resolução do Conselho Nacional de Justiça que diz o seguinte: esses cargos de assessoria precisam ser ocupados por servidores de carreira, por servidores da carreira do Poder Judiciário. Porque são cargos de valores razoáveis... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Mais um minuto para o Deputado.

O SR. LÚDIO CABRAL - São cargos de valores razoáveis, em algumas situações, bem superiores à remuneração dos servidores de carreira, inclusive os analistas do Tribunal de Justiça. E a ocupação desses cargos por pessoas nomeadas, que não são da carreira, desvaloriza, deixa de reconhecer o servidor de carreira do Poder Judiciário. (APLAUSOS)

O SR. LÚDIO CABRAL - Então, embora nós não possamos, no estágio de votação em que estamos, já com o parecer da CCJR, em regime de votação, na segunda votação, eu deixo esse destaque aqui, Botelho, para que a direção do Tribunal de Justiça, para que a presidente do Tribunal de Justiça reconheça todo o Poder Judiciário na hora de compor esses cargos, priorizando servidores da carreira do Judiciário... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - *Ok*.

Por favor, desliga o microfone para nós aí.

Projeto de Lei nº 369/2022, do Tribunal de Justiça, o parecer é favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam permaneçam como estão, quem for contra se manifeste. (PAUSA) Aprovado. Vai ao expediente.

Projeto de Lei nº 334/2022 (EM 2ª DISCUSSÃO), da Defensoria Pública, que altera a Lei nº 10.773, de 5 de dezembro de 2018, que dispõe sobre a estrutura organizacional, o quadro de pessoal e o plano de carreiras de apoio administrativo da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso. O parecer é favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam permaneçam como estão. (PAUSA) Aprovado. Vai ao expediente.

Projeto de Lei nº 370/2022 (APLAUSOS), da Defensoria Pública, que dispõe sobre a fixação da remuneração dos servidores do quadro de apoio administrativo da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso e dá outras providências. O parecer é favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Em discussão.

O Sr. Professor Allan Kardec - Para discutir, Botelho.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Para discutir, Deputado Allan.

O SR. PROFESSOR ALLAN KARDEC - Será que vamos aprovar esse projeto, Botelho?

Pessoal, eu quero parabenizar a mobilização de toda a categoria. O que o Deputado Lúdio falou aqui agora há pouco reflete a mais pura verdade sobre todos os espaços onde tem uma possibilidade de um cargo de confiança.

Só pra deixar ratificado, Lúdio, eu sou servidor público de carreira igual ao senhor, sou servidor público há 16 anos. E quando convidamos um servidor público de carreira que já tem uma carreira valorizada, que infelizmente não é o caso da grande maioria delas, imagina a minha, professor de educação básica, mas quando você tem um servidor de carreira convidado a assumir um cargo de gerência, de coordenação, de superintendência, de direção, além de você valorizar aquele que tem vocação para fazer determinado serviço, porque ele estudou, passou num concurso, você traz para a sociedade uma responsabilidade maior sobre o cargo; você traz para a sociedade uma responsabilidade de que, caso haja, Deputado Max, qualquer problema com aquele servidor que está em um cargo comissionado, ele vai ter prejuízo na carreira.

Então, deveríamos, aqui, ter a coragem de apresentar uma lei na qual todos os espaços, seja no Executivo, no Legislativo e no Judiciário, cargos de direção, 50%, no mínimo, tinham que ser para servidor de carreira. (APLAUSOS)

O SR. PROFESSOR ALLAN KARDEC - Quero parabenizar o meu irmão Clodoaldo, parabéns! O Tuca, o Air Praeiro e o João Pedro, que é meu sobrinho e trabalha com vocês na Defensoria.

Pelo bloco Resistência Democrática, encaminho a votação favorável à aprovação do projeto, Presidente. (APLAUSOS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Max Russi.

Antes, Max, quero só cumprimentar aqui o pessoal do Sindicato dos Oficiais de Justiça que estão aqui conosco; o Paulo, o Jaime e o Arthur.

Deputado Max.

O SR. MAX RUSSI - Obrigado ao Deputado Botelho, a todos os servidores da Defensoria, a todos os profissionais da Casa, à imprensa, aos Deputados e à Deputada.

Eu quero falar um pouquinho da importância do Parlamento da Assembleia neste finalzinho, né, Moretto? Todos os dias, os Deputados estão vindo aqui para aprovar leis que trarão o avanço na valorização do servidor público de várias categorias. Com muitas discussões, os Deputados se empenhando, indo ao governo, fazendo a discussão, conseguimos esses projetos importantes.

E esse da Defensoria, e de todos os servidores, não é diferente. Os Deputados fizeram sessão na quarta, na quinta, na sexta; e foi colocado que, se precisasse, até amanhã estaríamos convocados para estar aqui para fazer a votação.

Quero fazer um cumprimento ao doutor Clodoaldo, em nome de toda a Defensoria, e ao trabalho que a Defensoria vem fazendo. Há um tempo, eu recebi uma comissão de servidores com essa pauta, cobrando essa pauta, falando da necessidade, que precisava valorizar os servidores do quadro de apoio administrativo, porque realmente estava bastante defasado.

Não houve naquele momento esse avanço, mas a luta continuou e hoje nós conseguimos chegar nesse dia importante, nessa conquista importante, porque nós vamos fazer a aprovação e vamos, Presidente, levar esse projeto ao governador para que ele possa fazer essa sanção, trazer esse benefício e, dessa forma, nós valorizarmos a Defensoria Pública, o trabalho que os defensores vêm fazendo no interior de Mato Grosso, porque sem esse quadro técnico, sem esses profissionais, esse trabalho não é possível de ser executado.

Então, parabéns a todos vocês; parabéns ao doutor Clodoaldo, que deixa uma marca importante dentro do seu mandato, algo que realmente precisava ser feito lá dentro da Defensoria; e com esse avanço, com essa lei, ele consegue fazer essa entrega importante. O doutor Air Praeiro, também lembrado aqui pelo Allan, esteve lá comigo junto com o doutor Clodoaldo, o Tuca, cobrando isso, o Paulo, o Raul, lá de Santo Antônio, que mandou mensagem hoje logo cedo.

Enfim, parabéns a todos vocês, a conquista é importante. E esses parlamentares, os 24 Deputados estão juntos, vamos aprovar esse projeto, porque sabemos do trabalho importante que a Defensoria faz no Estado de Mato Grosso. (APLAUSOS)

O Sr. Wilson Santos - Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputada Janaina Riva.

A SR.ª JANAINA RIVA - Presidente, quero primeiro parabenizar a Defensoria Pública pelo importante projeto, pela preocupação com a população mato-grossense; esse quadro técnico não é para a Defensoria, é para o povo mato-grossense.

É uma conquista importante. Mas quero, Presidente Botelho, parabenizar Vossa Excelência e a defensora Luziane, que está ali; que agora de manhã chegou aqui na Assembleia

Legislativa, pegou o Presidente Eduardo Botelho, o líder do governo Dilmar Dal Bosco, foi até o governador do Estado e conseguiu a garantia de que não haverá veto na lei da Defensoria Pública. (APLAUSOS)

A SR.ª JANAINA RIVA - Se não fosse essa interlocução, Presidente, de Vossa Excelência junto com a doutora Luziane, representando o defensor-geral doutor Clodoaldo, eu tenho dúvidas se nós conseguiríamos o não veto dessa proposta, porque o governador, como eu disse ao senhor, desconhecia ainda a matéria, a relevância que ela tinha, foi convencido por vocês, e é uma matéria grandiosa.

Todos vocês que estão aqui estão de parabéns. A nossa futura Deputada Olívia, que tem o nome da primeira Deputada da história de Mato Grosso, Deputada Olívia. Parabéns a vocês que vieram, que lutaram, pelo esforço de vocês e pela preocupação com os mais necessitados e os mais pobres do Estado de Mato Grosso, são eles que precisam sempre dos nossos esforços e da nossa atenção.

Parabéns a vocês. (APLAUSOS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Wilson Santos.

O SR. WILSON SANTOS - Presidente, muito obrigado.

Presidente, eu me lembro de quando o governador Dante de Oliveira decidiu criar a Defensoria Pública no Estado de Mato Grosso. Houve, dentro do governo, vários senões: que o governo não tinha dinheiro, que isso iria crescer muito e que iria comprometer o orçamento do Estado mais à frente.

E o Dante disse - eu me lembro bem - uma frase espetacular: “Nós viemos, principalmente, para os mais pobres”. E a Defensoria Pública é justamente aquele ente da máquina pública que socorre os vulneráveis, aqueles que não têm voz, aqueles que passam despercebidos pelo Estado, pela máquina estatal, são invisíveis para a máquina estatal, não têm dinheiro para contratar sequer o estagiário; e é lá na Defensoria Pública que eles são acolhidos e encontram a guarida para defender os seus direitos fundamentais.

Então, quero, aqui nesta manhã, mais uma vez, lembrar do gigantismo do governador Dante de Oliveira, o criador da Defensoria Pública Estadual em Mato Grosso. Onde quer que ele esteja, a nossa eterna gratidão, e peço uma salva de palmas ao Dante. (APLAUSOS)

O SR. WILSON SANTOS - Senhor Presidente, quero primeiro parabenizar Vossa Excelência, junto com o Deputado Dilmar e outros colegas que foram hoje, suspenderam a sessão, e foram com essa moça, que eu sempre brinco com ela, digo: a senhora é a embaixadora da Defensoria Pública junto ao Parlamento. Ela está sempre aqui, sempre humilde, extremamente educada, polida, pacienciosa, fala pelos olhos, sempre pedindo, pedindo aos Deputados que entendam o papel, entendam a função da Defensoria.

Doutora Luziane, mais uma vez, a senhora está aqui. Parabéns! (APLAUSOS) A senhora é uma gigante dessa Defensoria. Se eu fosse defensor público iria votar na senhora para ser a presidente lá, a chefe lá. (APLAUSOS) Olha aí, quem sabe um dia, né! Predicados a senhora tem de sobra, e o respeito deste Parlamento também. Doutor Clodoaldo, parabéns pelo belo trabalho. E... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. WILSON SANTOS - Só mais um minutinho?

Para encerrar, quero dizer o seguinte: o senhor que já dirigiu uma empresa importante na área de construção civil, o Moretto, que já foi prefeito, o Zé Domingos, que foi prefeito, o Max, que foi prefeito, nós sabemos, e quem passou pelo Exército também. Quem são as pessoas que estão ali em pé nas galerias? Não são defensoras, elas são os sargentos do exército, é o elo entre o comando e o beneficiado, sem eles o defensor não consegue êxito em nenhuma ação. Aí

está o exército que faz acontecer, é quem carrega o piano, e que nunca é visto, nunca é homenageado, nunca é aplaudido. (APLAUSOS)

O SR. WILSON SANTOS - Parabéns! E parabéns ao governador Mauro Mendes, que deve ter tido uma noite muito agradável, amanheceu generoso... (RISOS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Deputado Lúdio Cabral.

O SR. LÚDIO CABRAL - Presidente, eu tenho uma coisa muito importante para dizer: vota logo esse projeto de lei. (GRITOS E APLAUSOS)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - *Ok*.

Em votação, Projeto de Lei nº 370/2022, que tem o parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Os que forem favoráveis ao parecer da Comissão permaneçam como estão, quem for contra se manifeste. (PAUSA) Nenhuma manifestação contrária, está aprovado por unanimidade e vai ao expediente. (GRITOS E APLAUSOS - PAUSA)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Em redação final, Projeto de Lei Complementar nº 25/2022, Mensagem nº 63/2022. (EMENTA COMPLETA: ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 560, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2014, NA LEI COMPLEMENTAR Nº 254, DE 02 DE OUTUBRO DE 2006, NA LEI COMPLEMENTAR Nº 266, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**)**

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam permaneçam como estão. (PAUSA) Aprovado. Vai ao expediente.

Em discussão, requerimento de dispensa de pauta à Mensagem nº 72/2022, do Poder Executivo, que altera a Lei Complementar nº 407/2010 do Estatuto da Polícia Judiciária Civil.

Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam permaneçam como estão. (PAUSA) Aprovado. Vai ao expediente.

Em discussão (REQUERIMENTO DE DISPENSA DE PAUTA), Mensagem nº 73/2022, que cria o Programa de Policiais Civis Aposentados - PPCA. Esse é um programa que vai beneficiar os policiais aposentados no qual podem fazer... É uma espécie de jornada voluntária, que foi criada para a Polícia Militar, e pode ser também usada na Polícia Civil.

Encerrada a discussão. Em votação. Os que aprovam permaneçam como estão. (PAUSA) Aprovado. Vai ao expediente.

Eu peço aos Deputados que tenham paciência, nós precisamos votar... Nós precisamos fazer mais duas sessões. Esse projeto, por exemplo, que foi lido agora precisa ser votado em primeira e em segunda, que cria a jornada voluntária da Polícia Civil. Então... tem a questão do uniforme da Polícia Penal... Então, para não saírem daqui, viu? Precisamos do apoio de vocês, porque o quórum está baixo, não saiam! Se sair alguém, já vai ser complicado para votar.

(O SR. PRESIDENTE E O SECRETÁRIO PARLAMENTAR DA MESA DIRETORA DIALOGAM - PAUSA.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Eu vou... Há vários projetos ainda para serem votados, mas eu preciso votar outro em primeira e em segunda. Eu vou encerrar esta sessão e abrir outra.

Vou abrir para a Explicação Pessoal, que o Wilson e o João Batista pediram.

(O SR. LÚDIO CABRAL FALA COM O PRESIDENTE.)

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Vai votar na outra sessão, vai votar tudo; não precisa apavorar não, nem atropelar. (RISOS)

SSL ALMT Assembleia Legislativa

O SR. PRESIDENTE (EDUARDO BOTELHO) - Eu estou abrindo, o Wilson... Estamos na Explicação Pessoal, você vai usar? Você e o João Batista pediram a tribuna.

O SR. WILSON SANTOS - Presidente, eu não quero de forma nenhuma postergar a sessão, nem atrapalhar... Dez minutos? Muito obrigado.

Eu disse ao primo, ao valoroso Deputado João Batista, que agora está na agremiação do Partido Progressista, que justamente... progressista, Excelência, o progresso é a utilização das câmeras.

Hoje, o *site Olhar Direto* traz uma matéria que complica mais ainda alguns desses policiais, olha só aqui o que diz o *site* sobre essa matéria... É grave. É o assunto que está tomando conta da cidade, eu não sei quais serão as consequências de tudo isso, mas a verdade é uma só.

(O SR. WILSON SANTOS PROCURA A MATÉRIA NO CELULAR.)

O SR. WILSON SANTOS - A matéria está aqui: "Informante da Polícia Militar armava ocorrências e selecionava vítimas de execuções, em troca de dinheiro e celulares. Informante identificado como Ruiter Cândido da Silva..." Aqui a juíza Mônica Perri coloca o nome dele claramente. Quem determina essas prisões é a juíza Mônica, que, se não me falha a memória, é irmã do desembargador Orlando Perri. "Informante identificado como Ruiter Cândido da Silva, supostamente responsável por convidar pessoas para atos criminosos, gerando execuções previamente ajustadas com policiais, recebia dinheiro ou bens apreendidos como pagamento pela parceria com militares". Detalhes: constam da decisão da juíza Mônica Perri, em atuação na décima segunda vara criminal de Cuiabá, que Ruiter confessou que transitava bem entre os criminosos, e auxiliava em suas prisões em troca de dinheiro; entretanto, em dado momento, a finalidade dessa parceria começou a mudar, em vez de prender criminosos, os policiais passaram a executar; as execuções serviam como forma de promover o nome e o batalhão dos PM's envolvidos, ao menos seis casos semelhantes entre 2017 e 2020 são citados.

Então, Deputado João Batista, não cabe a mim acusar ninguém, apontar o dedo, eu quero apontar o dedo para a solução desse problema. Se não usar as câmeras, os militares que agem corretamente, que utilizam os procedimentos da Polícia Militar, não terão como fazer a sua defesa. É a câmera que vai gravar, é ela que vai gravar a imagem e o áudio, para que haja a comprovação de que o policial fez a abordagem correta, agiu corretamente. "Ah! Wilson, mas o policial não pode agir em legítima defesa?" Pode e deve. Em legítima defesa, legítima defesa! Pode e deve, como qualquer cidadão. Em legítima defesa, em estado de necessidade, a lei garante esses procedimentos. Agora, o que a juíza aqui determina a prisão é porque não agiram corretamente. Aí, repito para encerrar.

O jornal *Folha de São Paulo* trouxe dados importantes; no segundo semestre, Deputado Ulysses Moraes, de 2019, a polícia de São Paulo, em confronto com quem quer que seja, bandidos, com civis, aconteceram 180 mortes aproximadamente. Quando passou a utilizar as câmeras de vídeo, baixou para dezessete mortes, caiu 90%! Como é que justifica isso? Caiu 90%.

(O SR. FAISSAL ASSUME A PRESIDÊNCIA.)

O SR. WILSON SANTOS - Sessenta e quatro policiais já estão presos, mais dezessete estão sendo procurados para serem presos, até quando nós vamos continuar assistindo isso? Isso é ruim para a Polícia Militar, é ruim para a sociedade; e eu estou apresentando um dos caminhos para solucionar esse problema, inclusive, com decisão do Superior Tribunal de Justiça. O meu projeto está amparado em decisão do STJ, que já determina em dois casos, em duas modalidades de procedimento, o uso obrigatório das câmeras. Não é mais projeto de... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (FAISSAL) - Só mais um minuto para concluir, Wilson.

O SR. WILSON SANTOS - Deputado João, o senhor que tem polemizado esse assunto aqui, e eu respeito. Quero dizer que eu sou fã da instituição, nascida em 1835; no mesmo ano em que a Assembleia foi criada, nascia a Polícia Militar do Estado, a gloriosa Polícia Militar que eu respeito. Vossa Excelência tem feito a defesa da Polícia Militar aqui, a defesa da Polícia Penal, como nunca foi feito em legislaturas anteriores nesta Casa. Está de parabéns Vossa Excelência, merece o respeito dos seus colegas, mas em todas as profissões sempre há os excessos, e os excessos precisam ser controlados pelo Estado.

E a minha contribuição, por meio desse projeto de lei, é no sentido de que a gente aprove e obrigue, via lei, a utilização das câmeras nas fardas, nos capacetes, nas aeronaves, nas viaturas, nas embarcações de todos os policiais do Estado de Mato Grosso. E eu tenho certeza de que o que está acontecendo hoje não aconteceria... (TEMPO ESGOTADO)

O Sr. João Batista do Sindspen - Para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (FAISSAL) - Com a palavra, Deputado João Batista, cinco minutos.

O SR. JOÃO BATISTA DO SINDSPEN - Eu não vou utilizar cinco minutos, Presidente, em respeito às mães que estão aguardando aqui, para a aprovação do Projeto de Lei nº 11 (LÊ-SE: PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2022), em respeito aos colegas que estão aguardando aqui para a aprovação do projeto que trata do fardamento, e em respeito a todos aqueles que nos pagam para vir aqui ser de forma mais sucinta possível, e economizar...

Mas eu só queria dizer para o Deputado Wilson Santos o seguinte: eu sou polícia, trabalhei três anos no corredor da Penitenciária Central, e, quantas e quantas vezes, os presos lá não nos acusaram quando nós fazíamos questão de manter a disciplina na unidade? Quantos policiais penais foram suspensos das suas atividades, lá na penitenciária de Água Boa, e depois de cinco anos recebendo o salário em casa, enquanto a penitenciária estava com efetivo reduzido, a Justiça foi identificar que as denúncias dos presos eram infundadas? Quantas e quantas injustiças já aconteceram e depois que tinha execrado... Inclusive, um deles de Água Boa suicidou.

Então, o que eu peço é paciência, vamos esperar o desenrolar das investigações. Quem se lembra daquele caso da Penitenciária Central em que o diretor, o subdiretor e mais alguns policiais foram afastados? Então, vamos com calma. Vamos com calma! O fato de a Justiça determinar o afastamento ou a prisão não necessariamente quer dizer que eles são culpados.

E quanto à questão das câmeras, vou defender novamente que não sou contrário totalmente à instalação das câmeras. Estou falando que quem vai definir são os especialistas da área, que são aqueles que estão na Secretaria de Segurança Pública. Esses, sim, são especialistas.

Mas eu vou devolver a palavra para o Presidente, porque temos projetos importantíssimos; e, em uma demonstração de respeito, quero que eles sejam aprovados o mais rápido possível e que acabe a agonia das pessoas que estão aguardando. (APLAUSOS)

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (FAISSAL) - Obrigado, Deputado João Batista.

Com a palavra, Deputado Elizeu Nascimento.

O SR. ELIZEU NASCIMENTO - Senhor Presidente, senhores Deputados, TV e rádio Assembleia... Senhor Presidente, eu ouvi atentamente a fala do Deputado Wilson Santos, defendendo marginais, defendendo marginais, defendendo criminosos.

O Sr. Wilson Santos - Não fala bobagem, Deputado.

O SR. ELIZEU NASCIMENTO - Defendendo criminosos...

O Sr. Wilson Santos - Não fala bobagem.

O SR. ELIZEU NASCIMENTO - O senhor está defendendo criminoso!

SSL ALMT Assembleia Legislativa

E eu vou dizer aqui, Deputado, sobre uma das ocorrências que geraram a prisão de uma guarnição da Rotam, Deputado Wilson Santos. O senhor sabe por que uma guarnição está presa, Deputado? Porque a guarnição foi a um confronto de troca de tiro com marginal que estava prestes a fazer o assalto na mineradora, na Ponte de Ferro, na qual um policial militar, um subtenente, tomou um tiro na perna; e, no confronto, morreu um vagabundo.

E nessa ocorrência, Deputado Wilson Santos, para o seu conhecimento, foram presos um fuzil HK-47, três fuzis, e inúmeros carregadores carregados de munição. E isso você vem dizer aqui na tribuna que quem foi morto é tudo santinho? Que a polícia foi truculenta, que a polícia cometeu irregularidades nas suas ações, Deputado Wilson Santos?

O senhor tem que lavar a boca aqui para falar do serviço da polícia! Respeite a polícia! Sou policial militar, trabalhei na Rotam por 14 anos e não irei admitir aqui, na Assembleia Legislativa, essa inversão de valores, principalmente sendo presidente da Comissão Parlamentar de Segurança Pública aqui na Assembleia Legislativa. Respeite a polícia, Deputado Wilson Santos, respeite a Polícia Militar! Este é o momento de nós nos unirmos e procurarmos saber qual o motivo que leva a essa pirotecnia que aconteceu na prisão desses policiais.

O senhor sabia, Deputado, que tem policial que foi preso simplesmente por estar na escala de serviço no dia? Nem sequer estava na ocorrência! O senhor sabe disso? E o senhor vir aqui falar que 81 policiais foram presos porque executaram pessoas?

Muito o conheço, Deputado, eu acho que o momento é de nós começarmos a olhar as coisas e tratar a Polícia Militar com mais respeito aqui... (TEMPO ESGOTADO)

O SR. PRESIDENTE (FAISSAL) - Obrigado, Deputado Elizeu Nascimento.

O Sr. Wilson Santos - Presidente, eu fui citado.

O SR. PRESIDENTE (FAISSAL) - Pois não, Deputado Wilson.

O SR. WILSON SANTOS - Obrigado, senhor Presidente.

Acho que o Deputado Elizeu está completamente fora do eixo e do prumo, não é de hoje não, há vários dias; alguma coisa está tirando ele do eixo, está desequilibrado, infelizmente. Alguma coisa aconteceu com o Deputado Elizeu. Eu o conheço desde os onze, doze anos, lá do Planalto, quando fazíamos mutirão para construir lá o posto policial, o pai dele era um dos nossos pedreiros, seu José, e ele carregava a água lá para nós, menino, esperto, inteligente. E chegou aonde chegou.

O que eu disse aqui, e vou repetir, é que eu tenho um projeto de lei nesta Casa que pode contribuir para colocar um ponto final nesse tipo de imbróglio. O meu projeto propõe a utilização de câmeras de vídeo nos uniformes dos policiais. Foi isso o que eu disse. Quem disse que eles devem ser presos não foi o Deputado Wilson, não foi nenhum Deputado da Assembleia, foi a juíza da 12ª Vara Criminal, Mônica Perri. Foi ela que determinou as prisões dos policiais. E quem pediu as prisões dos policiais, Deputado Elizeu, não foi nenhum colega Deputado, foi o Ministério Público Estadual.

Diante desse imbróglio, que talvez a Polícia Militar, criada em 1835, vive, talvez nunca tenha vivido, eu tenho uma solução que pode ser parcial. Não é bla-blá-blá, não é pronunciamento para gravar para colocar em rede social, Deputado, direcionada a essa ou àquela corporação. Não é isso, não.

Eu tenho um projeto de lei nesta Casa, que Vossa Excelência luta dia e noite para obstruir a sua aprovação. E o senhor não vai conseguir parar a roda da história, o Superior Tribunal de Justiça já determinou que, pelo menos em dois tipos de procedimento, seja utilizada a câmera de vídeo.

Eu passei pelo Exército, assim como o senhor está na reserva, eu também estou. O senhor foi soldado e cabo, e quando foi para a reserva, foi promovido a terceiro-sargento; eu sou

segundo-tenente. O senhor, inclusive, quando passar por mim, daqui para a frente, bata continência para mim. (RISOS) O senhor é meu subordinado aqui, vou exigir daqui para frente. E se não bater, vou mandar pagar pelo menos dez apoios.

Obrigado. (RISOS)

O SR. PRESIDENTE (FAISSAL) - Obrigado, Deputado Wilson.

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (FAISSAL) - Declaro encerrada a presente sessão. E convoco todos para a próxima sessão, em dez minutos, viu? Dez minutinhos, pessoal. Vamos? (LEVANTA-SE A SESSÃO)

(COMPARECERAM À SESSÃO OS SEGUINTES SENHORES DEPUTADOS: BLOCO ASSEMBLEIA FORTE - EDUARDO BOTELHO, PAULO ARAÚJO, DILMAR DAL BOSCO, DR. GIMENEZ, TONINHO DE SOUZA, XUXU DAL MOLIN, ULYSSES MORAES, DR. JOÃO, CARLOS AVALLONE, WILSON SANTOS E THIAGO SILVA; BLOCO RESISTÊNCIA DEMOCRÁTICA - JANAINA RIVA, DELEGADO CLAUDINEI, PROFESSOR ALLAN KARDEC, VALDIR BARRANCO, JOÃO BATISTA DO SINDSPEN E LÚDIO CABRAL; BLOCO PARLAMENTARES UNIDOS - DR. EUGÊNIO, FAISSAL, MAX RUSSI, GILBERTO CATTANI, VALMIR MORETTO E ELIZEU NASCIMENTO. **DEIXARAM DE COMPARECER OS SENHORES. DEPUTADOS:** SEBASTIÃO REZENDE.)

Revisão: Natasha de Figueiredo Ferreira;
Ivone Borges de Aguiar Argüelio.

SSL Secretaria de Serviços Legislativos
ALMT Assembleia Legislativa